



Transmissora  
Paraíso do Café S.A.

## **Demonstrações contábeis**

### **Transmissora Paraíso do Café S.A.**

31 de dezembro de 2024  
com Relatório do Auditor Independente



# Transmissora Paraíso do Café S.A.

## Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis .....	1
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	9



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,  
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Aos Administradores e Acionistas da  
Transmissora Paraíso do Café S.A.  
São Paulo - SP**

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transmissora Paraíso do Café S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 25 de abril de 2024 até 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Paraíso do Café S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para período de 25 de abril de 2024 até 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

## Transmissora Paraíso do Café S.A.

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024
<b><u>ATIVO</u></b>		
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
		<b>17.546</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	20
Investimentos de curto prazo	5	17.465
Impostos a recuperar		61
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
		<b>2.439</b>
Ativo contratual da concessão	6	2.439
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>19.985</b>
<b><u>PASSIVO</u></b>		
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
		<b>11.929</b>
Fornecedores	7	220
Tributos e contribuições sociais a recolher		28
Instrumentos financeiros derivativos	14.e	11.681
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
		<b>3.985</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	3.700
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	59
Contribuições diferidas	10	226
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>		
		<b>4.071</b>
Capital social	11.a	10
Reservas de lucros a realizar	11.b	115
Outros resultados abrangentes	11.c	3.946
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>19.985</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Transmissora Paraíso do Café S.A.

Demonstração do resultado  
Período de 25 de abril de 2024 até 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2024
Receita de implantação de infraestrutura		2.187
Remuneração ativo contratual da concessão		26
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>12</b>	<b>2.213</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>		
Custo de infraestrutura	13	(2.039)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>174</b>
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>174</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>174</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(59)
		<b>(59)</b>
<b>LUCRO DO PERÍODO</b>		<b>115</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Transmissora Paraíso do Café S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Período de 25 de abril de 2024 até 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de reais)

	2024
<b>LUCRO DO PERÍODO</b>	<b>115</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>3.946</b>
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado	
Instrumentos financeiros derivativos	3.946
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>4.061</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Transmissora Paraíso do Café S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Período de 25 de abril de 2024 até 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		Reserva Legal	Reserva de lucros a realizar			
<b>Constituição da Companhia, capital inicial em 25 de abril de 2024</b>	<b>10</b>	-	-	-	-	<b>10</b>
Lucro do período	-	-	-	115	-	115
Destinação do lucro líquido:						-
Reserva legal	-	2	-	(2)	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	113	(113)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	3.946	3.946
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>113</b>	<b>-</b>	<b>3.946</b>	<b>4.071</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Transmissora Paraíso do Café S.A.

Demonstração do fluxo de caixa  
Período de 25 de abril de 2024 até 31 de dezembro de 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		174
<b>Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa</b>		
Receita de aplicações financeiras	13	(531)
Contribuições diferidas	10	226
		<u>(131)</u>
<b>Redução no ativo</b>		
Impostos a recuperar		(61)
Ativo contratual da concessão	6	(2.439)
		<u>(2.500)</u>
<b>Redução no passivo</b>		
Fornecedores	7	220
Tributos e contribuições sociais a recolher		28
		<u>248</u>
		<u>(2.383)</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Instrumentos financeiros derivativos	14.e	15.627
Resgates de investimento de curto prazo		1.909
Aplicações em investimento de curto prazo		(18.843)
		<u>(1.307)</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Integralização de capital	11.a	10
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	3.700
		<u>3.710</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>		
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		
		<u>20</u>
<b>Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>		
Saldo no início do período		-
Saldo no final do período		<u>20</u>
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		
		<u>20</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Transmissora Paraíso do Café S.A. (“Companhia” ou “TPC”) foi constituída em 25 de abril de 2024, e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 16º andar, Conjunto 161, Sala E – Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), e encontra-se em fase pré-operacional.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
018/2024	30	2054	R\$ 154.400	IPCA

(\*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão.

Em 28 de junho de 2024 o contrato de concessão nº 01/2024-ANEEL foi celebrado, tendo como objeto a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para atuar na SE 500 kV Padre Paraíso 2 – 1 Banco de Reatores de Barra de 150 Mvar, SE 500 kV Mutum – 1 Banco de Reatores de Barra de 100 Mvar e nas linhas LT 500 kV São João do Paraíso – Padre Paraíso 2 C1, circuito simples e LT 500 kV Padre Paraíso 2 - Mutum C1, circuito simples.

O Contrato de Concessão prevê a entrada em operação comercial até dezembro de 2029.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

---

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2025.

### **1.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **1.2. Base de preparação e apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

### **1.3. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **1.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

### *Contabilização de contrato de concessão*

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

### *Momento de reconhecimento do ativo contratual*

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

### *Determinação da margem de lucro*

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance.

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

---

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

### *Determinação da taxa de desconto do ativo contratual*

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

### *Determinação das receitas de implementação de infraestrutura*

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

### *Determinação das receitas de operação e manutenção*

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

### *PV (Parcela variável)*

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis

---

#### 3.1 Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

##### 3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

##### 3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

##### 3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

---

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, registrados no passivo circulante e não circulante.

#### 3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

#### 3.2 Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para a conta Concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado no início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

### 3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto da Companhia, que é de 7,07% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A remuneração a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias

Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

#### 3.3 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

#### 3.4 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

---

#### 3.5 Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

#### 3.6 Instrumentos financeiros

##### 3.6.1 Apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### 3.6.2 Instrumentos derivativos e atividades de cobertura – Hedge

O CPC 48 (IFRS 9) prevê uma abordagem de contabilização de hedge com base na Gestão de Riscos da Administração. A norma prevê que a administração deva avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

A Companhia utiliza NDF – *Non-Deliverable Forward* – Contrato a Termo Futuro Sem Entrega, que consiste em operação de compra de preço de commodities de alumínio em data futura, por uma paridade predeterminada. A Companhia designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge.

Os instrumentos financeiros são classificados como hedge de fluxo de caixa: destinado à proteção da exposição à variabilidade no fluxo de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo. Se a transação objeto de hedge subsequentemente resultar no reconhecimento de um item não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é incluído no custo inicial do ativo ou passivo protegido.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

#### 3.7 Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP.

#### 3.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

##### 3.8.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

#### 3.10 Tributação

##### 3.10.1 Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,60%

### 3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

#### 3.10.2 Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro real.

#### 3.10.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

#### 3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2024 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante com Covenants - alterações ao CPC 26 (IAS 1));
- Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback;  
Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7).

#### 3.12 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes. Dentre eles entrará em vigência em 1º de janeiro de 2027:

- IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, emitida em 9 de abril de 2024, que entrará em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, a Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desse novo pronunciamento e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esse estiver em vigor.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<b>31/12/2024</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa:</b>	
Numerário disponível	20
	<b>20</b>

#### 5. Investimentos de curto prazo

	<b>31/12/2024</b>
<b>Investimentos de curto prazo</b>	
Aplicações financeiras em fundo de investimentos	17.465
	<b>17.465</b>

As aplicações financeiras mantidas em fundo de investimentos STA Energia, que tem característica de renda fixa e possui remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 101,16% do CDI em 31 de dezembro de 2024.

#### 6. Ativo contratual da concessão

<b>Movimentação do contas a receber ativo contratual</b>	
<b>Saldo em 25 de abril de 2024 - Ativo contratual</b>	<b>-</b>
Remuneração do ativo de concessão (nota 12)	29
Receita de infraestrutura (nota 12)	2.410
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024 - Ativo contratual</b>	<b>2.439</b>
Ativo contratual da concessão - não-circulante	2.439
	<b>2.439</b>

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

## 7. Fornecedores

O saldo de contas a pagar a fornecedores da Companhia representa obrigações com fornecedores de bens comprados e serviços prestados no curso normal do negócio, que será liquidado no período de 12 meses. Adicionalmente, a Companhia não realiza nenhuma operação de “forfait” para viabilizar o pagamento dos seus credores. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o montante em aberto com fornecedores de R\$ 220.

## 8. Adiantamento para futuro aumento de capital

Nos meses de julho e agosto de 2024 os acionistas da Companhia efetuaram aportes a título de adiantamento para futuro aumento de capital nos montantes de R\$ 1.882 e R\$ 1.818, respectivamente.

Em dezembro de 2024 o saldo de adiantamento para futuro aumento de capital da Companhia totaliza o montante de R\$ 3.700.

## 9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47, a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 – Orientação contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o ativo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	31/12/2024	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
<b>Ativo fiscal diferido</b>		
Diferido do ativo contratual (nota 10)	226	226
<b>Subtotal</b>	<b>226</b>	<b>226</b>
<b>Passivo fiscal diferido</b>		
Diferimento do lucro da construção		
Conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	48	48
Diferido do ativo contratual	351	351
<b>Subtotal</b>	<b>399</b>	<b>399</b>
<b>Base de cálculo</b>	<b>173</b>	<b>173</b>
Alíquota aplicada	25%	9%
<b>Total IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>43</b>	<b>16</b>
<b>Total IRPJ e CSLL diferidos</b>		<b>59</b>

## 10. Contribuições diferidas

O diferimento das contribuições é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.

	31/12/2024
<b>Passivo não circulante</b>	<b>226</b>
Pis Diferido	41
Cofins Diferido	185
	<b>226</b>

## 11. Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é no valor total de R\$ 10 representado por 1.000.000 ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

	31/12/2024	
	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>		
Alupar Investimento S/A	999.998	100,00%
Infra II Investment S.A.	2	0,00%
<b>Total das ações</b>	<b>1.000.000</b>	<b>100%</b>

### b. Reserva legal e destinação do lucro

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

Destinação do resultado	31/12/2024
<b>Lucro do período</b>	<b>115</b>
Constituição de reserva legal (5%)	(2)
<b>Subtotal</b>	<b>113</b>
Reservas de lucros a realizar	(113)
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>

## 11. Patrimônio líquido - Continuação

### Reserva de lucros a realizar

Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia.

### c. Outros Resultados Abrangentes

Estão classificados em Outros Resultados Abrangentes, os instrumentos derivativos de Contrato a Termo Futuro Sem Entrega (NDF) para gerenciar o risco de preço do alumínio (LME) do fluxo de caixa da Companhia no valor de R\$ 2.653, onde a parte efetiva das variações no valor justo do instrumento de *hedge accounting* é registrada no Patrimônio líquido.

## 12. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	<b>2024</b>
<b><u>Receita operacional bruta</u></b>	<b>2.439</b>
Receita de infra-estrutura (nota 6)	2.410
Remuneração do ativo de concessão (nota 6)	29
	<b>(226)</b>
<b><u>Deduções da receita operacional</u></b>	<b>(226)</b>
Programa de Integração Social - PIS Diferido	(40)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS Diferido	(186)
	<b>2.213</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.213</b>

## 13. Custo de infraestrutura

O custo de infraestrutura é composto da seguinte forma:

	<b>2024</b>
<b>Custo de infraestrutura</b>	
Serviços de terceiros	(2.497)
Tributos	(26)
Receitas financeiras	531
Outros	(47)
	<b>(2.039)</b>
<b>Total custo de infraestrutura</b>	<b>(2.039)</b>

## 14. Instrumentos financeiros

### a. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

### b. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2024		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo		
<b>Ativo</b>				
Caixa	20	20	-	Custo amortizado
Investimentos a curto prazo	17.465	17.465	Nível II	Valor justo por meio de resultado
	<b>17.485</b>	<b>17.485</b>		
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	220	220	-	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	12.974	12.974	Nível II	Valor justo outros resultados abrangentes
	<b>13.194</b>	<b>13.194</b>		

### c. Hierarquia do valor justo

#### i. Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas:

Como a Companhia está em fase de construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

#### ii. Risco de contencioso

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas.

## 14. Instrumentos financeiros - Continuação

O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos a sua reputação e buscar eficácia de custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais.

### d. Análise de sensibilidade

#### i. Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção do indexador CDI e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Posição em 31/12/2024	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		13,38%	6,69%	10,04%	16,73%	20,07%
Investimento de curto prazo CDI	17.465	2.337	1.168	1.753	2.922	3.505

### e. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de Hedge

Para a implantação do empreendimento referente ao contrato de concessão há a necessidade da aquisição de 10.595 toneladas de cabos de alumínio pela Companhia.

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para mitigar a exposição ao valor do alumínio (LME) na totalidade das toneladas de cabos de alumínio necessária. O instrumento financeiro utilizado foi a NDF – Non-Deliverable Forward – Contrato a Termo Futuro Sem Entrega.

A Companhia celebrou, em julho e agosto de 2024, contratos de NDF com o objetivo de proteção contra a oscilação de preço do alumínio, com vencimento em 2025. Em setembro de 2024 ocorreu a rolagem desses contratos com a postergação do vencimento para janeiro de 2028.

## 14. Instrumentos financeiros - Continuação

O resultado auferido destas operações e a aplicação do controle para o gerenciamento deste risco, faz parte do monitoramento dos riscos financeiros adotados pela Companhia, conforme a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos	Objeto da proteção	Contra parte	Data do início	Data do vencimento	Quantidade (ton)	USD/ton	Nocional USD	Nocional R\$	Posição líquida	Valor Justo	Ganho (perda)
									31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
NDF	Alumínio LME	BR Partners	24/07/2024	03/01/2025	5.000	2.343	11.715.000	72.535.766	-	-	6.742
NDF	Alumínio LME	BTG	02/08/2024	02/04/2025	1.420	2.341	3.324.220	20.582.573	-	-	2.385
NDF	Alumínio LME	Citibank	07/08/2024	05/05/2025	4.175	2.344	9.786.200	60.593.215	-	-	6.500
					<b>10.595</b>	<b>7.028</b>	<b>24.825.420</b>	<b>153.711.554</b>	-	-	<b>15.627</b>
NDF	Alumínio LME	BR Partners	26/09/2024	04/01/2028	5.000	2.820	14.100.000	87.302.970	(5.547)	(5.547)	-
NDF	Alumínio LME	BTG	27/09/2024	03/01/2028	1.420	2.862	4.064.040	25.163.316	(1.776)	(1.776)	-
NDF	Alumínio LME	Citibank	30/09/2024	04/01/2028	4.175	2.805	11.710.875	72.510.225	(4.358)	(4.358)	-
					<b>10.595</b>	<b>8.487</b>	<b>29.874.915</b>	<b>184.976.511</b>	<b>(11.681)</b>	<b>(11.681)</b>	-

Em 31 de dezembro de 2024, os contratos da Companhia foram classificados como hedge de fluxo de caixa visto que a operação de aquisição de cabos em alumínio é uma transação altamente provável e necessária para implantação dos empreendimentos.

## 15. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia mantém contrato de prestação de serviços, gastos ambientais e fornecimento de materiais para a construção do empreendimento, no valor de R\$ 8.612.

\*\*\*

Patricia Nalini Sávio Ferreira  
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2